



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”), em cumprimento ao art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76 e ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, vem informar seus acionistas e o mercado em geral que nesta data foi precificada oferta no mercado internacional de notes units, compreendidas por sênior notes a serem emitidas pela sua controlada direta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel” ou “Emissora”) com garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel e pela Companhia (“Notes”). A Emissora espera que a emissão das Notes seja concluída até o dia 30 de julho de 2021.

As Notes serão emitidas no mercado internacional no valor total de USD 880 milhões, terão vencimento em 30 de julho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 8.750% ao ano. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão utilizados para o pagamento das debêntures da 1ª emissão da Oi Móvel, com vencimento em janeiro de 2022 e valor principal de R\$2,5 bilhões (incluindo juros e encargos) e o restante para fins corporativos gerais, desde que atendido o disposto na Cláusula 5.5.4 do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.

As Notes não foram e nem serão registradas sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”), e só foram ofertadas a investidores residentes e domiciliados em países que não os Estados Unidos da América, conforme previsão do Regulation S do Securities Act. As Notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários. As Notes não podem ser ofertadas ou vendidas no Brasil, exceto em circunstâncias que não constituam uma oferta pública ou uma distribuição não autorizada nos termos da legislação e regulamentação brasileiras.

Este Fato Relevante não constitui uma oferta de venda das Notes, nem uma solicitação de oferta para compra das Notes, e não deverá haver qualquer venda destas Notes em qualquer Estado ou jurisdição na qual esta oferta seja proibida, de acordo com as leis de valores mobiliários daquele estado ou jurisdição.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento do assunto objeto deste Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2021.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
Camille Loyo Faria

Diretora de Finanças e de Relações com Investidores

Nota Especial com relação a Declarações Prospectivas:

Este Fato Relevante contém declarações prospectivas. Declarações que não sejam fatos históricos, incluindo declarações crenças e expectativas da Companhia, estratégias de negócios, futuras sinergias, economia de custos, custos futuros e liquidez futura são declarações prospectivas. As palavras “será”, “deverá”, “deveria”, “poderia”, “antecipa”, “pretende”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “metas”, “objetivo”, “projetos”, “prevê” e expressões similares, conforme relacionadas à Companhia ou sua administração, destinam-se a identificar declarações prospectivas. Não há garantias de que os eventos esperados, tendências ou resultados estimados ocorrerão de fato. Tais declarações refletem a opinião atual da administração da Companhia e estão sujeitas a vários riscos e incertezas. Essas declarações são baseadas em diversas premissas e fatores, incluindo condições gerais de economia e de mercado, condições do setor, aprovações societárias, fatores operacionais e outros fatores. Quaisquer mudanças em tais premissas ou fatores poderiam causar diferenças materiais entre os resultados reais e as expectativas atuais. Todas as declarações prospectivas atribuíveis à Companhia ou a suas afiliadas, ou pessoas atuando em seu nome, são expressamente qualificadas em seu todo pelos avisos cautelares estabelecidos neste parágrafo. Não deve ser depositada confiança indevida nessas declarações. As declarações prospectivas valem apenas a partir da data em que foram feitas. Exceto se exigido na legislação federal de valores mobiliários dos Estados Unidos da América ou nas regras e regulação da SEC ou de entidades reguladoras de outras jurisdições aplicáveis, a Companhia e suas afiliadas não possuem qualquer intenção ou obrigação de atualizar ou publicamente anunciar os resultados de quaisquer revisões de quaisquer declarações prospectivas para refletir resultados reais, eventos ou desenvolvimentos futuros, mudanças nas premissas ou mudanças em outros fatores que afetem as declarações prospectivas. No entanto, é aconselhável consultar outras divulgações feitas pela Oi sobre assuntos relacionados a relatórios e comunicações que a Oi archive perante a SEC.